

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Microcomputadores do tipo Desktop, para atender as necessidades a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como, nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis;
1.4	Período:	Entrega Imediata;
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	U/C	QTDE
01	Microcomputador Tipo Desktop - Descrição: COMPUTADOR DESKTOP - PROCESSADOR Frequência: 2.90 GHz (Max Turbo 4.30 GHz), 64 Bits, Cache: 12MB; Velocidade do barramento: 8 GT/, TDP: 65W. Deve atingir o índice de, no mínimo, 12000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php ; PLACA MÃE: compatível com o processador, Padrão: ATX ou Micro ATX, Saída Gráfica: VGA (D-Sub) e HDMI, MEMÓRIA: 2 DIMMs, DDR4 2666/2400/2133MHz, Suporta até 32 GB de memória, Áudio com 8 canais. REDE: 1 porta RJ-45 Gigabit. Slot: 1 PCI Express 3.0/2.0 x16; 2 PCI Express 3.0/2.0 x1. INTERFACE DE ARMAZENAMENTO: 1 conector M.2, 4 conectores SATA 6Gb/s. PORTAS USB: 2 portas USB 3.2, 4 portas USB 2.0/1.1; 1 conector PS/2. MEMÓRIA: 1 pente de memória, Capacidade de 8GB, Tecnologia DDR4, Velocidade de Frequência: 2666MHz. Dissipador de calor. MONITOR: LED Full HD (1920x1080 60Hz) 18,5 polegadas Widescreen; DRIVER ÓPTICO: Interface SATA, Velocidade de Leitura Máxima: DVD 16x, CD 48x, Velocidade de Gravação Máxima: DVD-R 24x, DVD+R 24x, DVD-RW 6x, dvd+RW 8x, DVD-R DL 12x, DVD+R9 12x, DVD- RAM 12x, CD-R 48x, CD-RW 32x, Cor Preto. PLACA DE REDE WIRELESS: Suporte aos padrões 802.11 a/b/c/g/n/ac; Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit; Operar na faixa de frequência: 2.400 a 2.483,5 e 5 GHz; DISCO DE	472411	UN	51

	<p>ARMAZENAMENTO SSD: Capacidade de 240 Gb mínima, FONTE DE ENERGIA: 500W Real que suporte o equipamento, Semi modular 41,6ª, Cooler 120mm, 80 Plus. GABINETE: Duto de ar lateral, cor predominante preta, Baías: 2 x 5.25 Externa / 2 x 3.5 Interna HDD / 3 x 2.5 Interna SSD, USB Frontal; Mouse USB óptico, na cor do gabinete, resolução de movimento 1000 DPI, Cabo de 1,8 m, preto, Caixas de Som; Teclado USB, na cor do gabinete, teclas de acesso rápido multimídia e ABNT2. SISTEMA OPERACIONAL: Windows 10 PRO ou superior. Garantia de 36 MESES, equipamento novo. CATMAT: 472411</p>			
--	--	--	--	--

COTA RESERVADA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	U/C	QTDE
02	<p>Microcomputador Tipo Desktop - Descrição:</p> <p>COMPUTADOR DESKTOP - PROCESSADOR Frequência: 2.90 GHz (Max Turbo 4.30 GHz), 64 Bits, Cache: 12MB; Velocidade do barramento: 8 GT/, TDP: 65W. Deve atingir o índice de, no mínimo, 12000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php; PLACA MÃE: compatível com o processador, Padrão: ATX ou Micro ATX, Saída Gráfica: VGA (D-Sub) e HDMI, MEMÓRIA:</p> <p>2 DIMMs, DDR4 2666/2400/2133MHz, Suporta até 32 GB de memória, Áudio com 8 canais. REDE: 1 porta RJ-45 Gigabit. Slot: 1 PCI Express 3.0/2.0 x16; 2 PCI Express 3.0/2.0 x1. INTERFACE DE ARMAZENAMENTO: 1 conector M.2, 4 conectores SATA 6Gb/s. PORTAS USB:</p> <p>2 portas USB 3.2, 4 portas USB 2.0/1.1; 1 conector PS/2. MEMÓRIA: 1 pente de memória, Capacidade de 8GB, Tecnologia DDR4, Velocidade de Frequência: 2666MHz. Dissipador de calor. MONITOR: LED Full HD (1920x1080 60Hz) 18,5 polegadas Widescreen; DRIVER ÓPTICO: Interface SATA, Velocidade de Leitura Máxima: DVD 16x, CD 48x, Velocidade de Gravação Máxima: DVD-R 24x, DVD+R 24x, DVD-RW 6x, dvd+RW 8x, DVD-R DL 12x, DVD+R9 12x, DVD- RAM 12x, CD-R 48x, CD-RW 32x, Cor Preto. PLACA DE REDE WIRELESS: Suporte aos padrões 802.11 a/b/c/g/n/ac; Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit; Operar na faixa de frequência: 2.400 a 2.483,5 e 5 GHz; DISCO DE ARMAZENAMENTO SSD: Capacidade de 240 Gb mínima, FONTE DE ENERGIA: 500W Real que suporte o equipamento, Semi modular 41,6ª, Cooler 120mm, 80 Plus. GABINETE: Duto de ar lateral, cor predominante preta, Baías: 2 x 5.25 Externa / 2 x 3.5 Interna HDD / 3 x 2.5 Interna SSD, USB Frontal; Mouse USB óptico, na cor do gabinete, resolução de movimento 1000 DPI, Cabo de 1,8 m, preto, Caixas de Som; Teclado USB, na cor do gabinete, teclas de acesso rápido multimídia e ABNT2. SISTEMA OPERACIONAL: Windows 10 PRO ou superior. Garantia de 36 MESES, equipamento novo. CATMAT: 472411</p>	472411	UN	13

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude de Nova Friburgo realiza licitações diversas, sobre tudo para aquisição de Microcomputadores Desktop para reestruturação dos equipamentos e gestão;

3.2 A presente aquisição de Microcomputadores Desktop possui o fito de atender as necessidades dos equipamentos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Casa do Trabalhador, Conselho Tutelar I, Conselho Tutelar II, Casa dos Conselhos e Gestão no que concerne a melhoria e reestruturação do setor de informática dos equipamentos, uma vez que os mesmos estão funcionando com máquinas antigas, lentas e em quantidade aquém do mínimo necessário para um atendimento digno dos usuários.

3.3 A Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude tem em sua estrutura a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Casa do Trabalhador, Casa dos Conselhos, Conselhos Tutelares e Gestão.

3.3.1 O serviço de Proteção Social Básica é responsável pelos: Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Espaço de Convivência da Pessoa Idosa.

3.3.1.1 O **CRAS** é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF, em Nova Friburgo estão em implantados nos bairros Centro, Olaria, Conselheiro e Campo do Coelho. É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais interurbanas e a importância da presença das políticas sociais para reduzir essas desigualdades. Previne situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nas localidades, tendo como principal foco de atuação o trabalho com famílias Atualmente, o Município tem aproximadamente 18.700 (dezoito mil e setecentas) famílias inseridas nos Programas socioassistenciais.

3.3.1.2 O **Centro de Convivência da Pessoa Idosa** tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa

faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.

3.3.2 O serviço de Proteção Social Especial é subdividido em média e alta complexidade e é responsável por equipamentos tais como: Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS; Centro de Referência da Mulher - CREM; Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso - CAIVS, Conselhos Tutelares e Casa dos Conselhos.

3.3.2.1 O **CREAS** é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento.

O papel do CREAS no SUAS define suas competências que, de modo geral, compreendem: O papel do CREAS no SUAS define suas competências que, de modo geral, compreendem:

- ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- a gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à Unidade.

O papel do CREAS e as competências decorrentes estão consubstanciados em um conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a política de assistência social e regulam o SUAS (Constituição Federal, Lei nº 8.742/1993, Lei nº 12.435/2011, PNAS, NOB/SUAS e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, além de outras legislações e normativas, como ECA, Estatuto do Idoso, Planos Nacionais, etc.. Devem, portanto, ser compreendidos a partir da definição do escopo desta política do SUAS, qual seja, afiançar seguranças socioassistenciais, na perspectiva da proteção social.

3.3.2.2 O CREM - Centro de Referência da Mulher, é um equipamento regional responsável pelo atendimento às mulheres em situação de violência. São estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que promove a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação), à mulher em situação de violência. Nessa perspectiva, os Centros de Referência devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento, sendo o acesso natural a esses serviços para as mulheres em situação de vulnerabilidade, em função de qualquer tipo de violência, ocorrida por sua condição de mulher.

3.3.2.3 A CAIVS - Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, está prevista na Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, no nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e em Nova Friburgo o serviço é oferecido em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 (vinte) crianças e adolescentes. Nessa unidade os cuidadores trabalham em turnos fixos diários, sendo 3 (três) cuidadores por plantão de 24h, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Ainda neste espaço, trabalham os profissionais do administrativo, motoristas, cozinheiros, profissional de lavanderia, serviços gerais, técnicos, guardas e coordenação. Conta com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo/diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

O serviço está organizado segundo princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para a Criança e Adolescente.”

3.3.2.4 O Conselho Tutelar, foi criado conjuntamente com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente, deve ser estabelecido por lei municipal que determine seu funcionamento como preceitua os 131 da Lei Federal 8.069/90. Formado por membros eleitos pela comunidade, o Conselho Tutelar é uma entidade permanente, uma vez criado não pode ser extinto, possui autonomia funcional, ou seja, não é subordinado a qualquer outro órgão estatal.

A quantidade de unidades varia de acordo com a necessidade de cada município, mas é obrigatória a existência de pelo menos uma unidade por cidade, constituído por cinco membros.

Nova Friburgo possui 2 (dois) Conselhos Tutelares, no Centro e em Conselheiro Paulino. Apesar de possuir autonomia funcional, toda estrutura física, administrativa (pessoal) e de equipamentos para funcionamento, está sobre responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

3.3.2.5 A Casa dos Conselhos é um equipamento que foi criado para receber todos os conselhos de direito existentes no município de Nova Friburgo, atualmente 5 conselhos utilizam o espaço para realização de reunião. Existe uma Secretária Executiva dos conselhos que tem incumbência de receber, redigir e enviar documentos, entre outras atribuições.

3.3.3 A Secretaria (gestão) é composta por: Gestor (secretário (a)); Subsecretário; gestão de RH; gestão financeira orçamentária; gestão de processos; gerentes das proteções básica e especial; gerente dos benefícios eventuais; gerente do Programa Bolsa Família; gerente do Serviço de Vigilância Socioassistencial; assessor de Direitos Humanos; Coordenador de Transporte; Casa do trabalhador; recepção e agente patrimonial.

3.4 As estimativas correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados pelos Gerentes e Coordenadores dos equipamentos e estão descritos no quadro abaixo.

TABELA DE QUANTITATIVO DE COMPUTADORES POR EQUIPAMENTO		
EQUIPAMENTO	QUANTIDADE/SEVIDOR	QUANTIDADE
GESTÃO	25	08
CRAS CENTRO	11	03
CRAS CONSELHEIRO PAULINO	12	04
CRAS OLARIA	11	02
CRAS CAMPO DO COELHO	08	02
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	04	02
CREAS	22	10
CAIVS	35	20
CREM	07	02
CONSELHO TUTELAR I	14	02
CONSELHO TUTELAR II	12	03
CASA DO TRABALHADOR	06	04
CASA DOS CONSELHOS	01	02
TOTAL		64

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 *As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).*

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	44.90.52.01
		01
5.1.2	Fonte de Recurso:	10
		11
		36001.081220010.2026
		36001.081220012.2027
5.1.2	Programa de Trabalho:	36001.082420023.2037
		36001.082430024.2035
		36001.082440022.2040

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 07.293.841/0001-83, ENDEREÇO:**

**AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224 , SALA 214, CENTRO, NOVA
FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

Secretaria requisitante:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Endereço:	Av. Alberto Braune, 224 - SALA 214 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)

10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude;

11. DA GARANTIA

11.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Márcio André de Freitas Silva	115190	Gestor titular
Yañes José Martinez	115200	Gestor substituto
Merielle Aparecida da Silva Schumacker	199118	Fiscal titular
Lucimar Junqueira Pacheco	62318	Fiscal substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Gestão/Proteção Social Básica e Especial/Patrimônio, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

16.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2 Apresentar documentação falsa;

16.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5 Não manter a proposta;

16.1.6 Cometer fraude fiscal;

16.1.7 Comportar-se de modo inidôneo.

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.3 Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

16.3.4 Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.5 Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.7 Declaração de enidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.3.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.3.9 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.3.10 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

GESTOR:

Márcio André de Freitas Silva

Matr.: 115190

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos,
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude

Matr.: 100.518